



Banco Original

Relatório de Gestão de Riscos

Circular 3.477

Dezembro de 2013

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Gestão de Negócios.....	3
3. Gerenciamento de Riscos	7
4. Risco de Mercado.....	6
5. Risco de Crédito	11
6. Risco de Liquidez.....	16
7. Risco Operacional	18
8. Gerenciamento de Capital	21

1. Introdução

A constituição do Conglomerado Financeiro Original foi aprovada pelo Banco Central do Brasil no dia 31 de agosto de 2011.

O Conglomerado é o resultado da integração entre o Banco JBS S.A., fundado em julho de 2008, com foco no fomento da atividade pecuária brasileira, e o Banco Matone S.A., um banco múltiplo tradicional sediado no estado do Rio Grande do Sul com foco no segmento de crédito consignado, negócio que atualmente está sendo descontinuado. Atualmente estas duas instituições financeiras são chamadas de Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A., respectivamente, e formam o Conglomerado Financeiro Original.

São grandes os desafios deste novo Conglomerado, sendo que o crescimento financeiro sustentável bem como o fortalecimento do valor agregado desta instituição só será possível com uma forte cultura de controle dos riscos inerentes às linhas de atividades deste Conglomerado Financeiro.

Tendo em vista informar as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Original, em linha com as recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia, este relatório torna público os aspectos qualitativos e quantitativos do gerenciamento de riscos e de capital praticados nesta instituição.

Dentre os aspectos qualitativos, serão descritas as estruturas de governanças e de alçadas, os processos de monitoramento e as metodologias adotadas. Em complemento às informações qualitativas, também serão apresentadas as evoluções das diversas exposições aos riscos, bem como a evolução do capital regulatório.

O gerenciamento de riscos do Conglomerado Original é realizado de forma consolidada. As informações deste relatório referem-se tanto ao Conglomerado Financeiro, composto pelas instituições financeiras já citadas, como para o Consolidado Econômico-Financeiro, que incorpora as participações destas em empresas não financeiras. O presente relatório possui data base de 31 de dezembro de 2013.

Além deste documento, que atende à Circular 3.477/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN), podem ser encontradas no endereço: www.bancooriginal.com.br as demonstrações financeiras, que conjuntamente, permitem uma análise completa do Conglomerado Financeiro.

A Diretoria do Conglomerado Financeiro Original é responsável pelas informações divulgadas neste documento, assim como pelas políticas citadas.

2. Gestão de Negócios

O Conglomerado Original tem em seu portfólio produtos que visam à geração de negócios da cadeia produtiva do boi, o financiamento dos cultivos de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, café e madeira e empréstimos para grandes e médias empresas.

Adicionalmente, a instituição conta com profissionais de Tesouraria divididos em uma Mesa de Operações Proprietária, e uma Mesa de Clientes, para oferecer operações de derivativos e de câmbio de forma competitiva aos seus clientes. A Tesouraria também pode realizar cessões de crédito e securitização de ativos.

Cessão de Crédito

Os principais objetivos que norteiam a decisão da direção da instituição de realizar cessões de crédito são:

- (1) Necessidade de financiamento (*funding*) da instituição;
- (2) Redução da exposição em certo cliente, visando à desconcentração e/ou abertura de margem para realização de novas operações de crédito;
- (3) Venda de carteira de crédito vencida (carteira *distressed*);
- (4) Venda das operações pertinentes a um determinado mercado que deixem de fazer parte do direcionamento estratégico da instituição; e
- (5) Sindicalização de operações de crédito ou aquisição de carteiras feitas em conjunto com outras instituições financeiras.

A carteira de crédito consignado, em fase de encerramento, continua sendo reduzida. No quarto trimestre de 2013 o conglomerado cedeu sem coobrigação aproximadamente R\$ 4,1 em operações de crédito consignado. Também foram cedidos sem coobrigação R\$ 26,5 MM de operações de crédito da carteira de agronegócio.

Fluxo das exposições cedidas com transferência dos riscos e benefícios						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Cessão de Crédito s/ coobrigação	30.659	0	111.364	1.320	74.073	517.302

Saldo das exposições cedidas com retenção dos riscos e benefícios						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Cessão de Crédito c/ coobrigação	1.289	1.692	2.004	2.155	2.583	3.642

Securitização de ativos

Geralmente, a securitização passa pelos seguintes estágios:

- (1) Originação de créditos ou de títulos e valores mobiliários;

(2) Cessão dos créditos ou títulos e valores mobiliários; e

(3) Emissão de títulos e valores mobiliários que podem assumir a forma de quotas, certificados ou títulos, com expressa vinculação aos créditos ou títulos e valores mobiliários adquiridos.

Os principais objetivos da securitização de créditos são similares aos da cessão de crédito. A securitização pode ser feita com venda direcionada a um investidor final (oferta privada) ou a um grupo de investidores (oferta pública). Mais do que um instrumento de captação (*funding*), a securitização pode ser realizada como um serviço adicional que a instituição presta aos seus clientes de forma a estreitar o relacionamento comercial e/ou nos casos em que a capacidade para absorver o volume de crédito demandado pelo cliente é limitada.

Em relação aos ativos provenientes de processo de securitização, no quarto trimestre de 2013 a instituição possui em sua carteira cotas de classe subordinada de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreado em créditos de financiamentos imobiliários.

O quadro abaixo demonstra os saldos referentes a securitização nos últimos trimestres:

Securitização						
(R\$ mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	0	0	45	126	164	50.747
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.374	3.261	3.435	3.321	3.210	3.103

Estratégias de Negócio e Hedge

As operações intrínsecas a atividade operacional do Conglomerado podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas cujo escopo não seja o de administração. Para a gestão destas exposições, em linha com a estratégia de negócios da instituição, a Tesouraria tem o mandato de fazer a gestão ativa destas posições, e efetuar o *hedge* quando necessário.

A Tesouraria também pode realizar a gestão das posições da carteira *trading* (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado) utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções. Eles podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão, e terem um ou mais indexadores. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de *commodities*. A instituição não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito (Resolução 2.933/02 do CMN).

A Diretoria de Riscos auxilia na gestão do *hedge* no sentido de fornecer as informações relevantes às decisões da Tesouraria, bem como atuar de forma independente no monitoramento e controles dos limites de risco de mercado da instituição.

3. Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permitem um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado Financeiro.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Os normativos internos para a gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico.

Segue abaixo as definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional:

Risco de Mercado: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Crédito: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

4. Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A seguir serão abordadas as estruturas, políticas e metodologias utilizadas pela instituição no controle do risco de mercado, bem como uma análise quantitativa da carteira ao longo dos últimos trimestres.

Políticas e Estratégias

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios. As principais atribuições relacionadas ao monitoramento do risco de mercado são descritas a seguir.

Gerenciamento do Risco de Mercado

Conforme disposto na Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*). As posições com as quais há intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da instituição.

Gerencia-se o risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) através de procedimentos de mensuração do risco de mercado (métricas abordadas no item *Cálculo do Risco de Mercado*), monitoramento permanente do risco, reporte dos resultados, testes de estresse e controle de limites.

Ainda, para os ativos da carteira de negociação apura-se a alocação de capital, segundo os modelos padronizados regulamentados pelo Banco Central do Brasil, referente aos riscos de mercado de juros, cupom de moedas, cupom de índices de preços, cupom de outras taxas, *commodities*, câmbio e de ações.

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação (*banking*) é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. O Conglomerado utiliza para a apuração da sensibilidade do portfólio às mudanças na estrutura a termo de taxa de juros metodologia pautada nas recomendações de Basileia. Este cálculo consiste em verificar choques das curvas de juros considerando variações na taxa no intervalo de um ano (*holding period*), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado será o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos. Os resultados são reportados tanto à Diretoria quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

Na carteira da instituição não há depósitos a prazo sem data de vencimento e os riscos derivados das liquidações antecipadas de empréstimos são tratados de acordo com as políticas de *hedge*.

Mapeamento do Risco de Mercado

O processo de mapeamento de risco de mercado consiste na:

- Identificação dos fatores de risco de mercado para cada produto;
- Definição da metodologia de alocação de valores nos fatores de risco; e
- Tratamento específico destinado às opções e produtos que contenha cláusulas de opicionalidades ou barreiras.

Cabe a Diretoria de Riscos a operacionalização e o reporte do mapeamento de risco de mercado.

Marcação a Mercado

O processo de marcação a mercado consiste em precificar os instrumentos financeiros pelas taxas e preços transacionados nos mercados. Através de diversificadas fontes, a área de precificação tem acesso, em *tempo real*, às principais taxas e preços de mercado que são utilizados como insumos na confecção de curvas que definem a estrutura a termo dos fatores de risco da carteira. Tais curvas são geradas, validadas e utilizadas para a precificação dos instrumentos financeiros em carteira.

Quando este preço não é observável, seja pela descontinuidade de dados ou pela baixa liquidez do ativo, utiliza-se a melhor estimativa do valor que o ativo teria em uma eventual transação.

Cálculo do Risco de Mercado

A metodologia de cálculo de risco de mercado é baseada no conceito de *Value at Risk* (VaR) que representa uma medida probabilística de perda decorrente de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Diariamente a Diretoria de Riscos realiza a medição de VaR do portfólio da instituição utilizando os seguintes parâmetros:

- Modelo: VaR Paramétrico
- Intervalo de Confiança: 99,9%
- Período de Tempo (*holding period*): é calculado diariamente em função da liquidez dos ativos.

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidades às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio. Para os instrumentos que são sensíveis ao risco prefixado, por exemplo, é calculado o DV1, métrica que verifica o resultado projetado caso a curva inteira translate um ponto base, isto é, 0,01%.

Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado

A aferição dos modelos de risco de mercado é aplicada nos processos de mensuração, monitoramento e controles, visando identificar e sanar possíveis problemas e desvios destes processos em relação aos seus objetivos. Neste processo inclui-se o *backtesting*, que tem o objetivo verificar a precisão dos modelos adotados através da comparação das perdas previstas com as observadas.

O processo e os parâmetros dos testes de avaliação são aprovados pela alta administração. Estes testes são aplicados, no mínimo anualmente pela Diretoria de Riscos, e os resultados reportados para a diretoria.

Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos

A implantação de qualquer novo produto, ou estratégia, pelas áreas de negócio da instituição passa pelo crivo da Diretoria de Riscos. A análise prévia do produto busca identificar os riscos inerentes do instrumento financeiro, bem como avaliar a adequação dos processos de risco ao seu controle.

Realização de simulações em condições extremas de mercado

O teste de estresse é uma medida complementar ao VaR, e tem o intuito de medir perdas decorrentes de variações atípicas de taxas e preços de mercado, como acontece em períodos de estresse. A realização de tais testes ocorre periodicamente mediante a aplicação de cenários de estresse macroeconômicos, deliberados periodicamente em comitê.

Limites e Níveis de Alertas

A gestão do risco de mercado no conglomerado utiliza-se de mecanismos de controle do risco de mercado. Este processo inicia com a definição dos limites globais e dos níveis de alerta pela Diretoria, com base no apetite ao risco de mercado da instituição.

Posteriormente, a Diretoria de Riscos apura e monitora continuamente o enquadramento do risco de mercado aos limites e níveis de alerta estipulados, reportando os resultados para a alta administração e as áreas envolvidas no processo.

Em caso de extrapolação dos limites e/ou de acionamento dos níveis de alerta, a Diretoria de Riscos deve informar o fato, em tempo hábil, ao comitê que estipulou os limites e às áreas envolvidas no processo. Cabe ao comitê comunicado avaliar e aprovar a excepcionalidade do limite e/ou determinar o mecanismo de redução do risco de mercado.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pelo comitê que o deliberou. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela alta administração.

São observados os seguintes limites e níveis de alertas:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse;
- *Stop Loss*;
- Análise de Sensibilidade.

Exposições ao Risco de Mercado

A tabela abaixo demonstra a evolução das exposições da carteira de negociação disposta pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações (em R\$ milhões):

Posição da Carteira de Negociação - Câmbio						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	293	170	88	48	56	37
Vendido	295	167	99	64	55	44
Total	3	3	12	16	1	6

Posição da Carteira de Negociação - Commodities						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	2	17	100	98	0	12
Vendido	3	17	15	12	2	52
Total	0	0	85	86	2	41

Posição da Carteira de Negociação - Taxas de Juros						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	454	406	286	209	7.176	3.007
Vendido	456	439	277	201	129	22
Total	2	33	9	8	7.047	2.986

Posição da Carteira de Negociação - Ações						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	105	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0	0
Total	105	0	0	0	0	0

No quarto trimestre de 2013 houve uma transferência do risco de ações da carteira de não negociação para a carteira de negociação gerando aumento momentâneo da exposição da carteira de negociação em ações.

A instituição utilizou instrumentos derivativos para auxiliar a execução das estratégias. Com isso, esta detinha no final do quarto trimestre as seguintes exposições em derivativos no Brasil, segmentadas pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações.

Com contraparte central, em valores nominais (em R\$ milhões):

Derivativos com Contraparte Central - Câmbio						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	289	3	77	1	15	10
Vendido	252	84	219	174	145	111
Total	37	81	142	173	130	101

Derivativos com Contraparte Central - Commodities						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	1	6	38	58	0	8
Vendido	0	5	10	10	0	46
Total	1	1	89	87	0	38

Derivativos com Contraparte Central - Taxas de Juros						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	244	42	37	113	7.061	3.050
Vendido	941	1128	832	621	571	38
Total	697	1.086	795	508	6.490	3.012

Derivativos com Contraparte Central - Ações						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	0	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

E, sem contraparte central (em R\$ milhões):

Derivativos sem Contraparte Central - Câmbio						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	4	29	49	48	41	27
Vendido	288	147	52	2	2	2
Total	285	118	3	46	39	25

Derivativos sem Contraparte Central - Commodities						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	2	11	1	0	0	4
Vendido	3	11	5	1	2	7
Total	1	0	4	1	2	3

Derivativos sem Contraparte Central - Taxas de Juros						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	285	133	42	3	32	9
Vendido	5	39	48	74	48	22
Total	279	94	6	71	16	13

Derivativos sem Contraparte Central - Ações						
	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Comprado	0	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

5. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

A diretoria do Conglomerado Original é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar, gerar indicadores e controlar a exposição ao risco de crédito da instituição, de forma independente das áreas de negócios, reportando a alta administração possíveis desvios.

Exposição ao Risco de Crédito

A tabela abaixo demonstra os valores das exposições totais e médias no trimestre ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais (Circular 3.644/13), e considerando inclusive as contrapartes centrais:

Exposição ao Risco de Crédito (RWA_{CPAD})						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Exposição Total	3.812.922	3.366.103	3.089.025	3.167.739	3.418.528	3.762.666
Média Trimestral	4.043.201	3.252.451	3.152.130	3.245.510	3.494.375	3.555.780

Já a tabela abaixo apresenta a distribuição os valores da Exposição ao Risco de Crédito (EPR), ponderados pelos fatores definidos na Circular 3.644/13¹:

Valor parcela RWA_{CPAD} por fator (R\$ mil)						
Fator EPR	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
2%	4	-	-	-	-	-
20%	2.048	732	88	696	49	28
35%	207	245	264	282	19	20
50%	1.010	3.516	1.867	280	719	780
75%	3.232	4.679	5.831	7.306	9.176	10.233
100%	161.283	150.678	129.026	139.064	142.499	154.916
150%	3.704	2.202	2.273	2.573	1.767	1.844
300%	34.380	37.484	36.545	41.642	39.334	35.917
-35%	-	-	-	-	-	-
-50%	-	-	-	-	-	-
-100%	(11.068)	(86)	(86)	(86)	(86)	(86)
-300%	(33.749)	-	-	-	-	-
CVA	299	-	-	-	-	-

A tabela abaixo demonstra o percentual das exposições dos maiores clientes das operações com características de crédito:

¹ As informações anteriores a Outubro/2013 são apuradas pela Circular 3.360/07.

Maiores tomadores em relação à carteira total com características de crédito												
R\$ (mil)	4º T / 2013		3º T / 2013		2º T / 2013		1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012	
	Relativo	Absoluto										
10 maiores clientes	34%	358.401	35%	338.844	33%	262.472	34%	261.130	32%	267.297	32%	288.925
50 maiores clientes	73%	781.059	73%	704.997	70%	563.545	65%	507.485	61%	513.053	62%	561.940
100 maiores clientes	90%	953.763	86%	825.551	82%	659.399	76%	588.910	72%	609.258	75%	670.730

Por sua vez, a tabela abaixo traz o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregadas em faixas de dias de atraso:

Operações em Atraso						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
1 - 60 dias	31.576	30.965	55.178	132.996	108.070	36.399
61 - 90 dias	12.497	3.136	21.686	33.081	11.142	9.965
91 - 180 dias	23.288	21.089	19.218	40.525	19.124	7.289
>180 dias	27.418	52.056	48.037	51.185	57.425	59.156
Total	94.780	107.246	144.119	257.788	195.761	112.809

As cessões de créditos sem coobrigação já citadas, foram o principal motivo da redução das operações em atraso acima de 180 dias.

Segue abaixo segue a concentração da carteira de crédito por distribuição geográfica:

Distribuição Geográfica												
R\$ (mil)	4º T / 2013		3º T / 2013		2º T / 2013		1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012	
	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto
Centro-Oeste	21%	224.444	22%	208.329	26%	211.441	31%	237.581	31%	261.909	32%	287.445
Nordeste	7%	74.449	6%	57.452	7%	57.118	9%	68.876	10%	80.102	5%	49.466
Norte	4%	39.840	5%	46.906	6%	51.852	4%	34.263	6%	47.035	5%	49.056
Sudeste	62%	658.693	62%	592.710	55%	442.573	50%	391.658	48%	404.784	50%	446.427
Sul	6%	67.253	6%	54.269	5%	44.093	6%	45.285	6%	48.895	8%	67.736
TOTAL	100%	1.064.679	100%	959.666	100%	807.077	100%	777.664	100%	842.725	100%	900.130

Abaixo podemos verificar a segmentação da carteira de crédito por setor econômico, onde houve um aumento da participação das operações ligadas aos setores de agronegócio e serviços. Visando aumentar a qualidade da informação prestada, o setor “Agronegócio” foi dividido em “Agricultura” e “Pecuária”, e diversas operações classificadas no grupo “Outros” foram reclassificadas, o que gerou a atualização de forma retroativa do quadro abaixo.

Distribuição por Setor Econômico												
R\$ (mil)	4º T / 2013		3º T / 2013		2º T / 2013		1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012	
	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto
Agronegócio	34%	366.993	31%	294.903	33%	263.047	41%	317.133	43%	361.325	47%	425.660
Financeiro	2%	21.299	3%	27.689	4%	31.680	4%	34.786	4%	34.855	4%	35.289
Indústrias	24%	260.395	25%	238.940	16%	127.411	7%	52.892	5%	45.577	1%	5.083
Pecuária	20%	217.747	26%	251.718	31%	247.763	33%	256.646	33%	274.088	35%	317.348
Pessoa Física	4%	40.416	6%	60.399	9%	75.050	12%	93.612	14%	116.969	13%	116.749
Serviços	14%	154.345	9%	82.683	7%	58.937	3%	19.541	1%	9.911	0%	0
Outros	0%	3.484	0%	3.333	0%	3.189	0%	3.052	0%	0	0%	0
Total	100%	1.064.679	100%	959.666	100%	807.077	100%	777.664	100%	842.725	100%	900.130

Risco de Crédito Potencial

No caso particular onde o cliente é a contraparte do banco numa operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.

De forma geral, os derivativos possuem pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a instituição utiliza um modelo de análise histórica sobre o ativo subjacente da operação em foco, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à posição de crédito do cliente para fins da apuração da exposição total ao risco de crédito da contraparte.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito potencial e às garantias recebidas para mitigar este risco.

Valor Nominal - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
BMF - Contratos com câmara central atuando como contraparte	639.940	1.221.319	799.983	521.049	6.378.151	2.857.645
<i>Derivativos</i>	639.940	1.221.319	799.983	521.049	6.378.151	2.857.645
CETIP - Contratos sem câmara atuando como contraparte central	300.988	189.790	110.357	73.916	78.690	54.450
<i>Com Garantia - Derivativos</i>	0	6.529	34.632	31.880	38.756	3.265
<i>Sem garantia - Derivativos</i>	300.988	183.261	75.725	42.036	39.934	51.185
SELIC - Contratos sem a câmara atuando como contraparte central	541.597	577.906	389.880	850.074	949.998	9.401
<i>Com Garantia - Compromissadas</i>	541.597	577.906	389.880	850.074	949.998	9.401
Total	1.482.525	1.989.016	1.300.220	1.445.039	7.406.840	2.921.495

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito de contraparte:

Valor Positivo Bruto - Contratos sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
BMF - Contratos com câmara central atuando como contraparte	0	0	2	0	0	2.658
<i>Derivativos</i>	0	0	2	0	0	2.658
CETIP - Contratos sem câmara atuando como contraparte central	1.234	4.772	2.620	409	166	332
<i>Derivativos</i>	1.234	4.772	2.620	409	166	332
SELIC - Contratos sem câmara atuando como contraparte central	0	198	115	489	495	3
<i>Compromissadas</i>	0	198	115	489	495	3
Total	1.234	4.971	2.737	898	661	2.993

O valor total calculado de Risco de Crédito Potencial (RCP) aumentou pela ampliação do volume de operações de derivativos realizadas com clientes, todas registradas na CETIP, conforme demonstra quadro abaixo:

Risco de Crédito Potencial (RCP)						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Risco de Crédito Potencial	40.331	21.146	13.782	10.479	11.023	10.690

O valor das garantias recebidas nas operações sujeitos ao risco de contraparte, segregadas por câmaras de registro é:

Valor das Garantias (R\$ mil)						
Câmara de registro da operação	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
CETIP	0	388	1.316	798	605	169
SELIC	556.349	577.906	389.880	850.074	949.998	9.401
Total	556.349	578.294	391.196	850.872	950.603	9.570

O volume de garantias registradas no SELIC refere-se ao lastro de operações de compra com revenda.

Abaixo segue o valor da exposição global líquida ao risco de crédito potencial (exposições ao risco de crédito potencial deduzidas de garantias):

Exposição Global Líquida a Risco de Crédito Potencial						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Total	40.331	20.758	12.466	9.681	10.418	10.521

Garantias

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Conglomerado Financeiro Original:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

Como política da Instituição, normalmente, são solicitadas garantias superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização, custos de processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito (Circular 3.644/13), a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco (Circular 3.644/13):

Valor mitigado por instrumento - R\$ (mil)								
Operação	Fator da operação	Mitigador	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Compra com revenda	20%	Títulos públicos federais	547.678	576.130	664.099	855.174	951.063	9.401
Venda com recompra	20%	Recursos financeiros (Reais)	-	17.500	11.002	5.100	51.236	141.918

Provisionamento de Crédito

Neste último trimestre, foram implantadas evoluções nos critérios de mensuração de riscos para efeito de provisionamento de crédito do conglomerado.

A primeira evolução foi a melhoria do nível de provisionamento das operações de crédito em dia e com garantias reais valoradas em um cenário de venda forçada ou estresse de mercado, ponderada pela probabilidade estimada de seu arresto a favor do conglomerado.

A segunda evolução foi consistiu na adoção do critério de cura para contratos de crédito consignado que apesar de possuírem parcelas em aberto, apresentam os seus últimos seis pagamentos realizados em sua totalidade. Estes contratos curados tiveram as parcelas em aberto postergadas para o final da operação e reclassificados segundos as peculiaridades contratuais de cada convênio.

O quadro abaixo traz o montante de provisões para a carteira de crédito, incluindo os efeitos das ações acima.

Saldo de Provisões para Créditos de Liquidez Duvidosa (PCLD)						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
PCLD	68.999	68.794	61.583	67.302	60.277	56.228

Segue abaixo o fluxo trimestral das operações baixadas para prejuízo:

Fluxo Operações baixadas para Prejuízo						
R\$ (mil)	4º T / 2013	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012
Prejuízo	6.512	7.793	9.787	18.656	23.066	12.229

Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas à inadimplência, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. As ações da recuperação de crédito seguem regras formalizadas em normativos internos para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

6. Risco de Liquidez

O Conglomerado Original tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela alta administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê executivo responsável pela gestão de riscos e capital.

Esta política segue as diretrizes da Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012 assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a alta administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

Fundamentadas com estas informações quantitativas e aliadas às estratégias de crescimento da instituição, sua diretoria baliza as políticas de captação e aplicações de forma a conservar e garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam as análises em função do risco de liquidez estão pautados na relação entre caixa disponível e a probabilidades de saídas destes fluxos, sejam em decorrência de oscilações de mercado, sejam em função do descasamento de fluxos de ativos e passivos.

Para esta análise, são consideradas as seguintes variáveis:

Disponibilidades: Saldo disponível em caixa, através da conta reserva e dos títulos públicos livres.

Níveis Mínimos de Liquidez: Disponibilidade mínima de liquidez que a instituição deve manter para cumprir as todas as obrigações financeiras, contratuais e esperadas, considerando a desvalorização de ativos líquidos a aportes de garantias.

Concentração de Passivos: É considerada a concentração da carteira passiva em relação ao tipo de cliente (Pessoa Física ou Jurídica) simultaneamente à concentração de volumes dos maiores clientes dentro de um determinado prazo para vencimento.

Projeção do Fluxo de Caixa: Uma estimativa de como será o comportamento das entradas e saídas de caixa adotando-se algumas premissas, como renovação da carteira, resgates antecipados entre outras variáveis.

Plano de Contingência: Uma vez detectada uma situação que possa comprometer as obrigações da instituição, o comitê tem a atribuição de acionar o plano de contingência a fim de restabelecer uma condição segura de liquidez.

A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade e alçada do comitê executivo.

7. Risco Operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a própria Resolução 3.380/06, inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Os principais instrumentos utilizados na Gestão de Risco Operacional são:

- Mapeamento dos Processos;
- Matriz de Riscos e Controles;
- Testes de Controles;
- Sistema de Cadastramento de Ocorrências de Risco Operacional;
- Base de Dados de Perdas Operacionais (em construção); e
- Programa de Gerenciamento de Mudanças.

As áreas envolvidas na estrutura, assim como suas principais responsabilidades são:

Diretoria

- Estabelecer diretrizes dos negócios, aprovando e revisando, no mínimo anualmente, a política de risco operacional.

Comitê de Risco Operacional e Controles Internos

- Acompanhar a suficiência dos controles implantados, frente aos riscos a que o Conglomerado estiver exposto;
- Discutir e decidir questões técnicas e operacionais; e
- Coordenar a implantação dos procedimentos necessários ao gerenciamento do risco operacional.

Comitê de Auditoria

- Avaliar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado; e
- Recomendar à diretoria da instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Área de Tecnologia da Informação

- Gerir o plano de continuidade dos negócios, definindo os procedimentos para assegurar condições de continuidade das atividades, limitando graves perdas decorrentes da inexistência de condições mínimas de manutenção;
- Gerir o processo de comunicação e informação no que tange à segurança dos dados; e
- Manter a segurança e a privacidade da informação.

Área de Risco Operacional

- Implantar, disseminar e revisar as políticas, procedimentos, processos e ferramentas relacionados a Risco Operacional;
- Manter a Diretoria e os envolvidos plenamente atualizados sobre o progresso da gestão de riscos através de relatórios e comitês;
- Convocar os envolvidos para as reuniões do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos, e redigir suas atas;
- Identificar, revisar e avaliar os riscos operacionais inerentes ao contexto do ambiente de controle existente e documentar decisões relacionadas à ação mitigadora requerida ou aceitação do risco;
- Gerar e armazenar base que contenha as perdas associadas ao risco operacional e sua conciliação com os registros contábeis;
- Avaliar e divulgar os manuais, visando assegurar que sejam confiáveis e atendam aos requisitos de avaliação de riscos e controles;
- Divulgar na internet e nas demonstrações contábeis a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional;
- Elaborar e divulgar o relatório 3.380, de gerenciamento de Risco Operacional; e
- Avaliar e acompanhar as soluções para as falhas operacionais.

Área de Auditoria Interna

- Avaliar periodicamente os testes realizados pela Área de Controles Internos, bem como a correta implementação dos planos de ação necessários; e
- Emitir relatórios sobre a eficiência dos controles realizados.

Área de Compliance / Prevenção à Lavagem de Dinheiro

- Promover a conformidade do Conglomerado com o ambiente legal, regulatório e com os regimentos internos;
- Responsável pelo programa de Prevenção a Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Elaborar os pareceres do programa “Conheça seu cliente”;
- Realizar monitoramento de operações; e
- Comunicar ao COAF as movimentações suspeitas.

Todos os Integrantes da Instituição

- Cumprir as normas e políticas do Conglomerado, resultando na melhoria contínua do sistema de gestão de riscos;
- Gerir e efetuar a avaliação constante de seus processos e controles; e

- Envidar esforços concretos no sentido de documentar e sanar as deficiências observadas relativas a riscos operacionais.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional, o Conglomerado Financeiro Original utiliza a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular 3.640/13, publicada pelo Banco Central do Brasil, e atualizações.

8. Gerenciamento de Capital

Conforme as Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 foram definidas as principais métricas para alocação de capital da instituição seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O gerenciamento de capital pode ser definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição (Resolução 3.988/11).

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores conforme alçadas definidas.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Os relatórios possibilitam à Diretoria o acompanhamento da alocação de capital nas diversas linhas de negócios, o que gera informações estratégicas para a tomada de decisão no planejamento. A instituição tem como objetivo manter o Patrimônio de Referência (PR) em níveis suficientemente confortáveis para cobrir os riscos abrangidos nos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e na parcela RBAN.

Até o primeiro trimestre de 2013 a parcela RBAN era calculada por meio da metodologia VaR Paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de tempo (*holding period*) de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias e modelo de Alisamento Exponencial (EWMA), com λ de 0,94, para modelagem da volatilidade. A partir do segundo trimestre de 2013, o Conglomerado optou por utilizar uma abordagem mais adequada de cálculo para a RBAN que consiste em verificar choques das curvas de juros considerando as variações nas taxas no intervalo de um ano (*holding period*), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado será o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, que é constituído pelos seguintes instrumentos:

Capital Principal

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros; e
- Lucros/prejuízos acumulados.
- Ajustes Prudenciais.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

Dado o corrente estágio de crescimento dos negócios, o Conglomerado opera atualmente com baixíssima alavancagem, tendo apresentado nos últimos trimestres índice de Basileia superior a 70%. Em relação às restrições ou impedimentos relevantes, existentes ou possíveis, à transferência de recursos entre as instituições do Conglomerado, destacamos a existência de obrigações contratuais do controlador que colocam o capital social do Banco Original S.A como garantia de uma operação, impedindo assim a transferência deste capital para o Banco Original do Agronegócio S.A. Não obstante, as duas instituições apresentam, de forma individual, Patrimônio de Referência (PR) acima dos requerimentos mínimos de capital apurado sobre o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), ou seja, folga no índice de Basileia, seguindo os moldes da regulamentação aplicada ao Conglomerado.

Análise Quantitativa

O cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional.

O RWA_{cpad} (Circular 3.644/13) representa o risco de crédito ponderado pelo fator de risco associado a cada modalidade.

O RWA_{opad} (Circular 3.640/13) quantifica a exposição ao Risco Operacional.

As parcelas de risco de mercado das operações registradas na carteira de negociação (*trading*) da instituição são segregadas por grupos de fatores de risco:

RWA_{jur} : Grupo de parcelas que medem a exposição da carteira à taxa de juros pré-fixada em reais, cupom de moeda estrangeira e cupom de inflação. Esta classe de parcelas tem a seguinte segregação:

RWA_{jur1} (Circular 3.634/13): taxa de juros pré-fixadas em reais;

RWA_{jur2} (Circular 3.635/13): cupom de moedas estrangeiras;

RWA_{jur3} (Circular 3.636/13): cupom de inflação; e

RWA_{jur4} (Circular 3.637/13): cupom de juros.

RWA_{acs} (Circular 3.638/13): Parcela que mede a exposição da carteira em ações ou derivativos indexados a índices de bolsas.

Por sua vez, nas parcelas RWA_{com} e RWA_{cam} são consideradas todas as operações que possuem risco de *commodities* e risco cambial, respectivamente.

RWA_{com} (Circular 3.639/13): Parcela que mede a exposição da carteira a variação no preço das *commodities*.

RWA_{cam} (Circular 3.641/13): Parcela que mede a exposição da carteira em moeda estrangeira.

O quadro abaixo demonstra a evolução da alocação de capital do Conglomerado Financeiro Original². Os valores das parcelas de RWA estão multiplicados por 11% para permitir a comparação com os outros trimestres.

² O envio de informações sobre a alocação de capital do Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF) foi descontinuado pelo Banco Central, conforme redação dada pela Circular 3.686/13 que altera a Circular 3.398/08.

Alocação de Capital - Conglomerado Financeiro								
Basileia III			Basileia II					
(R\$ mil)	4º T / 2013	(R\$ mil)	3º T / 2013	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012
A) Patrimônio de Referência (PR)	2.035.360	A) Patrimônio de Referência (PR)	2.010.027	2.017.536	1.926.665	1.922.900	2.049.783	2.044.172
Capital Principal (CP)	2.035.360	PR Nível I	1.996.302	2.014.130	1.908.383	1.922.900	2.049.783	2.044.172
Capital Social e Ajustes de Capital	2.184.274	Patrimônio Líquido + Resultado	2.010.813	2.018.321	1.927.451	1.923.685	2.050.568	2.044.957
		Ativo Permanente Diferido	(785)	(785)	(785)	(785)	(785)	(785)
		Ajuste TVM	(13.726)	(3.406)	(18.282)	-	-	-
PR Nível II	-	PR Nível II	13.726	3.406	18.282	-	-	-
Ajuste TVM	-	Ajuste TVM	13.726	3.406	18.282	-	-	-
Deduções do CP e Ajustes Prudenciais	148.914	Deduções do PR	-	-	-	-	-	-
B) Ativos Ponderados por Risco (RWA)*	300.499	B) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	280.568	265.127	377.033	483.233	524.995	324.015
Valor da Parcela RWA _{CAM}	-	Valor da Parcela PCAM	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela RWA _{JUR1}	96	Valor da Parcela PJUR[1]	11.348	6.925	106.019	224.165	248.422	9.378
Valor da Parcela RWA _{JUR2}	1.388	Valor da Parcela PJUR[2]	493	724	354	351	813	1.908
Valor da Parcela RWA _{JUR3}	-	Valor da Parcela PJUR[3]	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela RWA _{JUR4}	-	Valor da Parcela PJUR[4]	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela RWA _{COM}	167	Valor da Parcela PCOM	6.641	17.174	14.139	332	7.205	13.501
Valor da Parcela RWA _{ACS}	16.807	Valor da Parcela PACS	-	-	269	-	-	-
Valor da Parcela RWA _{CPAD}	219.404	Valor da Parcela PEPR	199.449	175.808	191.756	193.479	203.651	250.960
Valor da Parcela RWA _{OPAD}	62.637	Valor da Parcela POPR	62.637	64.495	64.495	64.905	64.905	48.268
Valor da Parcela R _{BAN}	33.148	Valor da Parcela R _{BAN}	24.554	27.927	14.657	3.206	16.484	25.727
C) Margem (PR - (RWA*0,11) - R_{BAN})	1.701.713	C) Margem (PR - PRE - R_{BAN})	1.704.905	1.724.482	1.534.976	1.436.461	1.508.304	1.694.430
Índice de Basileia (IB)	74,51%	Índice de Basileia (IB)	78,81%	83,71%	56,21%	43,77%	42,95%	69,40%

O Patrimônio de Referência (PR) se elevou com relação ao trimestre anterior, devido principalmente pelo desempenho positivo da carteira de ações e pela cessão de crédito sem coobrigação.

No quarto trimestre de 2013 houve uma redução no volume de operações na carteira de negociação com o fator de risco juros prefixados em reais, o que gerou a redução da parcela RWA_{JUR}. A parcela RWA_{ACS} aumentou devido uma reclassificação da carteira de ações disponíveis para venda para a carteira de negociação, que gerou um aumento temporário da exposição da carteira de negociação em ações.

O aumento a parcela referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) decorre em parte do crescimento da carteira de empréstimos da instituição e em parte do aumento de capital a ser alocado para os créditos tributários, conforme definido na Circular 3.644/13.

Os fatores acima explicam em conjunto o recuo do Índice de Basileia de 78,81% para 74,51%.